

A ampliação da desigualdade social na Amazônia paraense: um estudo sobre o desempenho escolar do Ensino Médio em Altamira-PA

The expansion of social inequality in the Amazon of Pará: a study on high school performance in Altamira-PA

Luiz Miguel Galvão Queiroz
Fabrício dos Santos Ferreira
Universidade Estadual do Pará (UEPA)/
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém/PA-Brasil

Resumo

O artigo em questão trata do desempenho de alunos do Ensino Médio na rede pública estadual em escola no município de Altamira-PA. Em meio a adversidades para a produção da vida material com dignidade para a classe que frequenta a escola pública, o estudo elegeu a seguinte questão problema: o desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio na rede pública apresenta relação com as contradições de classe no município de Altamira-PA? O percurso metodológico constou de análise de informações oficiais e documentos institucionais. Verifica-se que o desempenho escolar dos educandos se relaciona de forma direta e indireta com a realidade social adversa, conjugada aos procedimentos contidos nas avaliações de larga escala, que inviabilizam perspectivas de êxito dos alunos oriundos das classes populares. Conclui-se que o desempenho escolar dos educandos sob a ótica dos fundamentos que regem as avaliações em larga escala é insuficiente para conhecer vislumbrar possibilidades de emancipação social.

Palavras-chave: Ensino Médio; Desempenho escolar; Desigualdade social.

Abstract

The article in question deals with the performance of high school students in the state public school system in the city of Altamira-PA. Amid adversities to produce material life with dignity for the class that attends public schools, the study chose the following problem question: the academic performance of high school students in the public network is related to class contradictions in the city of Altamira-PA? The methodological path consisted of analysis of official information and institutional documents. It appears that the student's academic performance is directly and indirectly related to the adverse social reality, combined with the procedures contained in large-scale assessments, which make prospects of success for students from the popular classes unfeasible. It is concluded that the academic performance of students from the perspective of the foundations that govern large-scale assessments is insufficient to understand the possibilities of social emancipation.

Keywords: High school; School performance; Social inequality.

1. Introdução

Historicamente, a região amazônica foi submetida à lógica acumulativa, ora por meio do pensamento do El Doradoⁱ - que motivou aventureiros de diferentes espaços geográficos a fazerem incursões visando à busca de tesouros, em particular metais preciosos, que resultou na prática de garimpagem de ouro em diversas bacias hidrográficas, dentre estas o Rio Xingu e o Rio Tapajós, que secularmente abrigam tal atividade econômica - ora por meio do pensamento mercantilista, que adentrou as bacias hidrográficas do Rio Amazonas para a captura de recursos naturais, a fim de servir aos mercados consumidores e que “impuseram o contato entre indígenas e colonizadores europeus (holandeses, ingleses); entre indígenas e missionários, entre indígenas e colonizadores portugueses” (Marin, 2010, p.4).

Inserida na lógica sociopolítica e econômica do Brasil, a região amazônica e todas as riquezas nela contidas – incluindo sua gente – não ficou à margem da lógica do capital que, pelo contrário, vislumbrou na floresta uma espécie de “ativo verde” – em um mundo cada vez mais ameaçado pelas crises climáticas e pelo desequilíbrio ambiental, a floresta torna-se mais um ativo do capital, não só por suas riquezas historicamente sabidas, mas por todo seu papel estratégico para a humanidade – atraindo os olhares das nações capitalistas mais desenvolvidas, que passaram a intensificar suas ações de exploração no local, o que trouxe degradação e empobrecimento.

A produção da desigualdade ampliou-se em conformidade com a expansão da ordem mundial capitalista, e de acordo com Marin (2010, p.4), no “final do século XIX ocorre nova incursão na região do Xingu com vistas à exploração dos seringais e castanhais”, visando à extração de matéria prima para insumo na indústria, representado por meio do “ciclo da borracha”, e pela coleta de sementes, que permitiu ampliar a acumulação de capital das elites locais, mediante a exportação da “castanha do Pará”. Atualmente, a região do rio Xingu desperta o interesse da ampliação da acumulação capitalista, mantendo a matriz exploratória de bens naturais, representados pelos metais preciosos, pelos recursos hídricos e pela atividade madeireira.

A riqueza da biodiversidade amazônica assume uma relação de produção, de reprodução e de deformação social. Por um lado, produz-se uma classe que detém os meios de produção, representado por terras, bens naturais, e de outro lado, uma classe, que

destituída do acesso aos meios para a produção da existência, sobrevive em condições materiais ínfimas para assegurar a própria dignidade e para construir possibilidades de transformação de suas realidades, calcada na emancipação efetiva dos sujeitos.

Nesse contexto, a educação escolar assume um papel estratégico na reflexão sobre a produção/superação da desigualdade na região do Rio Xingu, o quê, de acordo com Santos (2014), tal fenômeno decorre das contradições descritas no contexto amazônico, que abriga uma imensurável potencialidade de recursos naturais, os quais podem ser transformados em produtos destinados ao consumo de toda a sociedade, no entanto, uma enorme parcela de sujeitos sobrevive em condições de extrema pobreza e miséria, resultante da ineficiência dos níveis de abrangência das especificidades das políticas públicas educacionais.

Para o Estado, compreendido aqui sob a visão marxista, enquanto espaço de promoção da expansão da ordem mundial capitalista, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Rio Xingu, o cenário educacional escolar destinado a contribuir para a transformação da realidade local requer um conjunto de ações integradas que abranjam desde a formação/qualificação de profissionais até a infraestrutura para a oferta do ensino.

Na Região de Integração do Xingu foi identificada a necessidade de melhoria na formação dos profissionais da educação, que pode ser mediante a ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada, cursos de especialização, disponibilização de bolsas de estudo para mestrado e doutorado, realização de concursos públicos. Melhoria das condições de trabalho, atualização do plano de cargos, carreira e remuneração do magistério são também condições essenciais para o desenvolvimento da educação no território (Pará, 2010, p.91).

A reflexão sobre o desempenho escolar do Ensino Médio no município de Altamira/PAⁱⁱ está para além da visão reducionista estatal quanto aos investimentos destinados à promoção da educação escolar, uma vez que um conjunto de fatores contribui direta e indiretamente para o fracasso dos educandos, em particular, aqueles que frequentam a escola pública. Logo, refuta-se a estratégia proposta pelo Estado contida no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Rio Xinguⁱⁱⁱ, ainda que ela seja necessária e essencial para assegurar condições mínimas para o funcionamento da rede de ensino pública.

O contexto socioestrutural da região do Rio Xingu é o epicentro das relações historicamente produzidas para fomentar a desigualdade e a terra é o principal instrumento de produção da vida material de homens e de mulheres, inicialmente ocupada por índios,

A ampliação da desigualdade social na Amazônia paraense: um estudo sobre o desempenho escolar do Ensino Médio em Altamira-PA

caboclos, ribeirinhos, para os quais, o valor objetivo e subjetivo reserva-se à produção da existência, portanto, sem necessidade de reconhecimento de posse ou propriedade no âmbito jurídico; doravante, com a expansão da fronteira do capital, passa a ser loteada e destinada a abrigar grandes empreendimentos econômicos. Os reflexos da ineficácia da política de regulamentação fundiária estatal alimentam a prática da grilagem de terras, a violência no campo e na cidade, a presença de atividades econômicas ilegais, tais como a garimpagem, a elevada concentração de terras e os frequentes conflitos de natureza socioambiental protagonizados por grileiros contra as populações tradicionais, com a acentuação da poluição das bacias hidrográficas e o desmatamento.

Em meio a adversidades para a produção da vida material com dignidade para a classe que frequenta a escola pública, em particular, hipossuficiente economicamente, o artigo elege a seguinte questão problema: o desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio na rede pública apresenta relação com as contradições de classe no Município de Altamira-PA?

A desigualdade social no município de Altamira-PA é um dos aspectos significativos na composição dos indicadores sociais, descrita segundo o quadro abaixo:

Quadro 1. Perfil Sociopopulacional

População Total	Total da População abaixo da Linha da Pobreza	% da População abaixo da Linha de Pobreza	Taxa de abandono escolar no Ensino Médio
99.075	29.821	38,51%	21,50 %

Fonte: Sistema de Informações de Indicadores Sociais – MPPA

As condições adversas destinadas a produção da existência com dignidade é um dos fatores que propiciam limitações no desempenho escolar e da permanência com sucesso dos alunos no sistema de ensino, resultante de restrições destinadas ao consumo de itens essenciais ao suprimento das necessidades básicas de sobrevivência, e essa condição, também é determinante para a produção do abandono escolar, conforme é exposto na composição dos indicadores dos níveis de escolarização média no município de Altamira-PA.

O abandono escolar no Ensino Médio no Brasil tem como justificativas a necessidade premente de ingresso no mundo do trabalho de jovens, com o intuito de contribuir na composição da renda familiar, e conforme Ferreti (2018), em praticamente todo o território nacional, a juventude tem apresentado um comprometimento das perspectivas de futuro,

resultante da baixa escolarização e qualificação destinadas ao acesso ao mundo do trabalho cada vez mais exigente em termos de habilidades.

De acordo com Frigotto (2019), a reforma do Ensino Médio percorreu um cenário de desmonte do Estado, juntamente com a reforma das leis trabalhistas, cujo objetivo é formar um trabalhador destituído de conhecimentos que favoreçam descrever e analisar a sociedade em que vive, e de se posicionar em oposição às condições de precarização para a promoção da existência.

Adotamos a abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético, por permitir a apropriação do concreto para interpretar a realidade, e de acordo com Pires (1999, p.1), trata-se de descrever o movimento do pensamento, visando superar a aparência dos fenômenos, buscando-se alcançar a realidade educacional concreta, pensada, compreendida, em “seus mais diversos e contraditórios aspectos”.

As fontes de pesquisa estão representadas por documentos oficiais, dentre estes, o Projeto Político Pedagógico, Resoluções, e informações obtidas por intermédio de coleta de dados obtidos nas escolas pública de Ensino Médio no município de Altamira-PA. Para Queiroz (2010), as fontes assumem um protagonismo significativo na pesquisa científica, visto ser produzida no tempo, no espaço e no movimento das relações sociais. A técnica adotada para interpretação dos dados fundamentou-se nos pressupostos teóricos da análise de conteúdo, descrita por Bardin (2010) como a possibilidade de descrever a realidade concreta em conformidade com as condições objetivas.

O estudo abrange três momentos: no primeiro, no qual se discute o Ensino Médio à luz da legislação educacional e de seus desdobramentos curriculares vinculados à formação humana e cidadã; no segundo, faz-se a reflexão sobre a reforma do Ensino Médio na perspectiva da precarização e seus desdobramentos no comprometimento do futuro de jovens oriundos da classe trabalhadora; e, no terceiro, discute-se o desempenho dessa etapa na rede pública do município de Altamira-PA, seguido das considerações finais.

2. O Ensino Médio à luz da legislação educacional e seus desdobramentos curriculares vinculados à formação humana e cidadã

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Ensino Médio é considerado a última etapa da educação básica, logo, pressupõe-se que ao término desta, o educando deva ter se apropriado do conhecimento científico historicamente acumulado que possibilite o desenvolvimento de habilidades suficientemente necessárias

A ampliação da desigualdade social na Amazônia paraense: um estudo sobre o desempenho escolar do Ensino Médio em Altamira-PA

para contribuir com a transformação social, bem como com sua própria emancipação, visto que a finalidade, conforme previsto no art. 35, compreende:

- I- A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II- A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III- O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV- A compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

É fundamental o debate quanto à relevância do Ensino Médio no percurso de escolarização dos sujeitos, em vista das possibilidades que se apresentam quanto a apropriação dos conhecimentos essenciais à formação cidadã. De acordo com Saviani (2010), é essencial que as classes trabalhadoras tenham acesso ao saber científico, para instrumentalizar-se em defesa da democracia. Para assegurar o cumprimento das finalidades do Ensino Médio, quanto à preparação dos educandos para o prosseguimento de estudos, o sistema escolar público necessita ser adequado, quanto à infraestrutura, o acesso irrestrito à internet, biblioteca escolar com acervo bibliográfico, formação continuada dos profissionais da educação, a lotação de professores preferencialmente numa única escola, a qualificação da gestão escolar, a melhoria da qualidade da alimentação escolar, e demais atividades operacionais, pedagógicas e de gestão, visando promover o desempenho escolar qualitativo dos educandos.

Utiliza-se como referencial aqui a ideia de qualidade social da educação em contraponto à ideia de uma qualidade gerencial, que tem sido classicamente perseguida no ambiente escolar brasileiro. Por esta, compreende-se como aquela centrada em um modelo gerencial, baseado em metas e índices, que busca permanentemente a eficiência, bem como é pragmática na formação de mão de obra para o mercado de trabalho, o que tem feito a escola priorizar a competição e o consumo em detrimento de uma formação mais humana e holística. Já a qualidade social da educação caracteriza-se pela:

organização do trabalho pedagógico e gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares (Silva, 2009, p. 224).

Nesse sentido, a escola de qualidade social busca estabelecer um outro modelo de educação, pautado por uma escola humana, inclusiva, universalizada, que respeite as diferenças e que contribua para a efetiva emancipação e formação integral dos sujeitos. Entretanto, ao que parece, as políticas de educação voltadas para o Ensino Médio que aí estão – dentre as quais a própria reforma do Ensino Médio – têm, em sentido contrário, afastando-se dessa concepção, erigindo uma escola cada vez mais pragmática e utilitarista, que ao invés de colaborar para que os sujeitos superem as desigualdades estruturais, colabora para que elas se aprofundem ainda mais.

A preparação básica para o trabalho não significa que a escola seja o espaço destinado à formação de força de trabalho precarizada, que restringe o desenvolvimento das habilidades dos educandos na tríade da leitura, da escrita e do cálculo. Para Frigotto (2019), é essencial que a formação humana compreenda o trabalho enquanto princípio educativo, ou seja, desvinculado da dimensão de mercadoria imputada pelo modo de produção capitalista, que ao explorar a força de trabalho humana, coisifica o sujeito, tornando-o um apêndice da máquina.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que inclui a etapa do Ensino Médio, implementada a partir do ano de 2013, as adequações curriculares se fazem necessárias a partir das novas perspectivas vigentes na sociedade, as quais, a utilização dos conhecimentos, das bases tecnológicas, dos processos produtivos cada vez mais informatizados e automatizados requerem competências e habilidades diversas para que o trabalhador crie expectativas de acesso ao mundo do trabalho.

A elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio se faz necessária, também, em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho, e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional. Nos dias atuais, a inquietação das “juventudes” que buscam a escola e o trabalho resulta mais evidente do que no passado. O aprendizado dos conhecimentos escolares tem significados diferentes conforme a realidade do estudante. Vários movimentos sinalizam no sentido de que a escola precisa ser repensada para responder aos desafios colocados pelos jovens. Para responder a esses desafios, é preciso, além da reorganização curricular e da formulação de

A ampliação da desigualdade social na Amazônia paraense: um estudo sobre o desempenho escolar do Ensino Médio em Altamira-PA

diretrizes filosóficas e sociológicas para essa etapa de ensino, reconhecer as reais condições dos recursos humanos, materiais e financeiros das redes escolares públicas em nosso país, que ainda não atendem na sua totalidade às condições ideais (Brasil, 2013, p.146).

Buscava-se por meio da implementação das diretrizes curriculares fortalecer essa etapa da educação básica, com o devido reconhecimento das diferenças e aspirações das juventudes, com a finalidade de subsidiá-las por intermédio de conhecimentos e práticas educativas que fossem suficientemente capazes de responder as demandas diferenciadas. De acordo com Frigotto (2015), o ensino não se restringe unicamente para a formação requerida ao mundo do trabalho, mas é fundamental articular o trabalho enquanto princípio educativo vinculado à compreensão do valor da democracia, na construção do sujeito.

O Ensino Médio destinado a promover perspectivas de futuro para as diferentes juventudes no Brasil implica a construção de currículos diferenciados e contextualizados, visando assegurar níveis de eficácia e projeções positivas quanto ao futuro. De acordo com Frigotto (2005), o cenário contemporâneo delineado por um constante avanço da tecnologia e da automação de praticamente todos os processos de produção exige maiores níveis de escolarização aos trabalhadores, e nesse sentido, o currículo é desafiado a articular trabalho, emprego, ciência e tecnologia.

Diante dos crescentes indicadores de evasão escolar, as políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino Médio passaram a ser orientadas no sentido de promoverem um novo cenário escolar que fosse capaz de reconectar-se com os educandos, aproximando-se de suas demandas, tornando-se mais atrativo e condizente com o perfil dos jovens contemporâneos. Esta foi a principal motivação utilizada como justificativa para o que ficou conhecido como Reforma do Ensino Médio, política que passaremos a abordar.

3. A reforma do Ensino Médio na perspectiva da precarização e seus desdobramentos no comprometimento do futuro de jovens oriundos da classe trabalhadora

A implementação da reforma do Ensino Médio no Brasil, por intermédio da Lei 13.415/2017, precarizou as expectativas de formação cidadã de adolescentes e de jovens, limitando as habilidades de desenvolvimento do pensamento crítico e da análise do contexto social, econômico, político, os quais interferem de forma significativa no mundo do trabalho e no percurso de vida.

Em nome da flexibilização curricular, tida como democrática, favorece processos de exclusão, uma vez que a maior diversificação/diferenciação escolar numa sociedade de profundas desigualdades como a brasileira pode agudizar os processos de exclusão dos jovens mais vulneráveis: pobres, negros, moradores de periferias, ribeirinhos etc., em virtude de que as suas experiências escolares tendem a ser mais instrumentais (Araújo, 2019, p. 119).

A reforma do Ensino Médio, ao fragmentar o desenho curricular, por meio da formação geral básica, disposta de 1200 horas, e a formação para o mundo do trabalho, com 1800 horas, destitui oportunidades de consolidação de diversas áreas do conhecimento, essenciais ao processo de formação integral dos sujeitos. No contexto da escola pública, espaço que abriga a maioria dos estudantes oriundos das classes trabalhadoras, as recomendações previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que advoga a presença de “conteúdos mínimos”, eleva o fosso de agudização da desigualdade social.

Outro ponto de afastamento entre uma educação básica em ciclo final atinente às reais necessidades de emancipação dos sujeitos e a reforma do Ensino Médio diz respeito à introdução do modelo empresarial para formação e contratação dos trabalhadores, algo que foi instituído pela lógica da Pedagogia das Competências e que apresenta como principais características:

- a) enfraquecimento da associação dos trabalhadores, incentivando a competição entre eles e favorecendo as negociações trabalhistas individualizadas;
- b) a responsabilização de cada trabalhador por suas possibilidades de empregar-se e manter-se empregado, minimizando-se as condições macroestruturais determinantes dos níveis de emprego e desemprego, estabelecendo, dessa forma, novos conformismos sociais, ou seja, tornando naturais condições perversas do mercado, como a incerteza do futuro profissional e a precarização do trabalho (Zibas, 2005, p. 27).

Para Saviani (2019), a democratização do conhecimento científico na escola pública constitui-se em ponto de partida para a criação de possibilidades de transformação da realidade dos filhos das classes trabalhadoras. Assim, é fundamental que o conhecimento científico historicamente acumulado seja objeto de apropriação pelos filhos das classes trabalhadoras para que eles possam alcançar e ocupar os espaços de poder na estrutura social capitalista e, dessa forma, transformar suas condições existenciais.

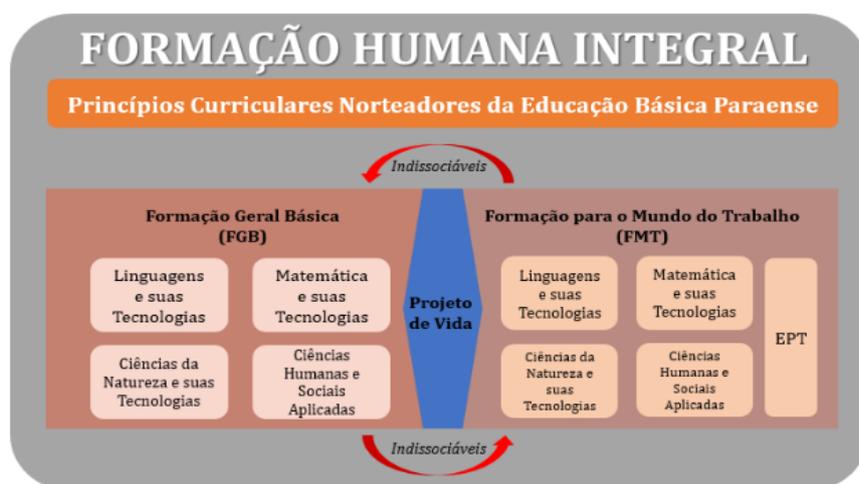
Nesse sentido, a escola pública destinada à oferta do Ensino Médio necessita urgentemente ser reestruturada, tanto na infraestrutura visando oportunizar o desenvolvimento de atividades educativas nos laboratórios, com insumos, materiais, equipamentos, destinado a promover as experimentações, complementado pela formação

A ampliação da desigualdade social na Amazônia paraense: um estudo sobre o desempenho escolar do Ensino Médio em Altamira-PA

continuada de docentes, para que estes, utilizem na prática pedagógica, a dimensão da pesquisa, enquanto ponto de partida para a apreensão e produção do conhecimento.

Na Unidade Federativa paraense, reconhecida historicamente como um espaço de reprodução de concentração de renda, desde o ciclo das drogas do sertão, da economia gomífera, e posteriormente, da instalação dos grandes projetos econômicos, a reforma do Ensino Médio não consegue contribuir para a transformação social da vida dos sujeitos, e acima de tudo, desconhece as diferentes juventudes, quaisquer que sejam elas, a periférica, a camponesa, a ribeirinha, a quilombola, a indígena, e demais configurações que se tecem, mediadas pelas diferentes culturas. A seguir, a estruturação do currículo do Ensino Médio no Pará:

Figura 1. Arquitetura Curricular do Ensino Médio



Fonte: Documento Curricular do Estado do Pará (2022)

A precarização do Ensino Médio é institucionalizada por meio da deliberação de uma estrutura curricular fragmentada, que desconhece e tampouco dialoga com as condições objetivas prescritas na infraestrutura escolar indigente, que o Estado burguês disponibiliza para atender às necessidades educativas do contingente de educandos nas 144 municipalidades.

A lógica descrita para a implementação do Novo Ensino Médio traz implicações significativas ao futuro da juventude, que destituída do conhecimento científico oriundo da Filosofia, da Sociologia, das Artes, limita a construção da visão de mundo, de homem e de sociedade, aspectos esses fundamentais para a leitura e para a compreensão da realidade e

para a busca da transformação, visando promover a ética humanitária nas relações sociais. Há evidências suficientes para afirmar que o NEM visa simplificar a formação de uma massa de jovens para um precarizado e plataformizado “mercado de trabalho” contemporâneo, cristalizando desigualdades de oportunidades entre ricos e pobres (Cassio, 2023, p. 1).

O caráter de precarização do Ensino Médio implica em primeiro plano a redução da carga horária das disciplinas que compõem as áreas de conhecimento no currículo, na etapa de formação geral básica (FGB), momento esse em que o estudante necessita se apropriar dos conceitos elementares das respectivas áreas, visando à consolidação da aprendizagem. A adoção dos “conteúdos mínimos” prescritos na BNCC – Base Nacional Comum Curricular - são insuficientes para promover a qualidade no processo de escolarização básica do educando, uma vez que:

os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, considerando as características de sua região, as culturas locais, as necessidades de formação e as demandas e aspirações dos estudantes. Nesse contexto, os itinerários formativos, previstos em lei, devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes (Brasil, 2022, p. 471).

Quanto à etapa de formação para o mundo do trabalho (FMT), as respectivas áreas não conseguem ser materializadas em sua integralidade devido às condições indigentes de infraestrutura escolar, as quais não dispõem de laboratórios de linguagens, laboratórios multidisciplinares destinados ao estudo das Ciências da Natureza, abrangendo a Química, a Física, a Biologia, laboratórios destinados aos estudos das Ciências Humanas aplicadas, e complementando esse quadro, a formação do professor não consegue abrigar a dimensão da “pesquisa” na prática educativa.

A fragmentação curricular, conjugada à indefinição e à falta de compreensão acerca da etapa da formação para o mundo do trabalho, reduz consideravelmente as expectativas e as perspectivas da juventude quanto ao futuro, as quais submetem-se a um ensino precarizado, distante da possibilidade de prosseguimento do percurso de escolarização até o nível superior.

O formato do Novo Ensino Médio, a despeito de atender as demandas dos jovens e aproximá-los desta etapa da educação básica, fragilizou a formação política, intelectual e crítica ao precarizar a formação básica e ao introduzir os itinerários formativos no currículo. O que se observa na prática é uma acentuação profunda das desigualdades, uma vez que a

disponibilidade docente para assumir essas novas atividades, bem como a qualificação exigida estão colaborando para a criação de itinerários e eletivas esvaziados e sem fundamentação alguma, com ensinações por docentes despreparados e que mais ocupam o tempo designado que propriamente colaboram para uma ampliação do conhecimento.

A proposição de construção de um “projeto de vida” no percurso de escolarização do Ensino Médio torna-se apenas um documento ilusório na vida estudantil dos educandos. De acordo com Lima (2019), a evasão escolar no Ensino Médio decorre da necessidade de o educando inserir-se no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar, e nesse contexto, as condições objetivas adversas, destituídas de outras condições favoráveis a viver com dignidade, inviabilizam qualquer expectativa de construção de um projeto de vida que seja exequível para os estudantes oriundos das classes trabalhadoras na condição de hipossuficiência econômica e social.

Por outro lado, algumas unidades escolares têm adotado o chamado “projeto de vida” como disciplina integrante do currículo, com a finalidade de informar aos estudantes possíveis áreas de conhecimento ou profissões que eles podem abraçar. Trata-se de um espaço destinado a identificar possíveis vocações a serem descobertas pelos próprios educandos, visando a perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Em cenários onde as condições socioeconômicas sejam mais acentuadas, as disparidades educacionais na implementação do Novo Ensino Médio ficam ainda mais significativas, o que também amplia as desigualdades sociais já existentes, em um ciclo que fortalece o capital exploratório e fragiliza o filho da classe trabalhadora ainda mais.

4. O desempenho do Ensino Médio em uma escola da rede pública do município de Altamira-PA

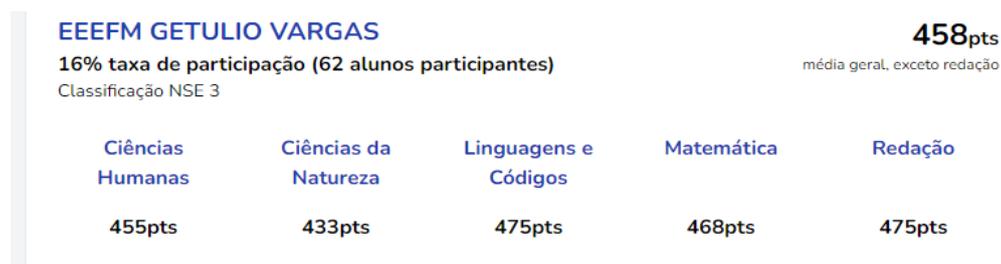
A Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas integra a rede estadual de ensino do Pará, situada na travessa Pedro Gomes, Nº 1156, Bairro SUDAM I, município de Altamira/PA. A análise contextual é significativa na pesquisa educacional de cunho qualitativo, visando conhecer os diversos fatores que interferem direta e indiretamente no desempenho escolar dos educandos.

A Escola de Ensino Médio Getúlio Vargas está situada em uma comunidade meio carente, é uma escola com o atendimento específico do Ensino Médio Regular desde 1990, com famílias oriundas de diversos pontos do Brasil. Certa parte dessas famílias participa de programas assistenciais como o BOLSA FAMÍLIA, o que comprova que

dispõe de poucos recursos financeiros, fazendo com que a nossa escola seja espaço de transformação social. A comunidade escolar é formada, em sua grande maioria, por classes socioeconômicas média baixa e baixa, composta por servidores públicos, serviços gerais, pedreiros, comerciários, diaristas outros trabalhos braçais. Os alunos são oriundos da zona urbana e rural, necessitando de transporte para o deslocamento. Sendo que, o não oferecimento do transporte escolar por parte do Governo do Estado, obriga a um grande número de alunos se deslocarem através de transportes alternativos como: bicicletas, motos, ônibus coletivo e contrato de táxis e outros meios, que a família considera que garanta a chegada até a escola (Projeto Político Pedagógico, p. 56, 2022).

Um conjunto de adversidades, que não foram produzidas naturalmente, limita a frequência regular dos sujeitos à escola, constituindo-se em um flagrante caso de sonegação dos direitos humanos fundamentais, com reflexos significativos para a construção de projetos de futuro e de vida. De acordo com Bourdieu (2000), os filhos das classes populares dispõem de oitenta vezes menos chances para alcançar sucesso no percurso de escolarização, devido aos diversos obstáculos socialmente construídos que eles enfrentam.

Figura 2. Desempenho escolar nas diferentes áreas de conhecimento



Fonte: ENEM/INEP/2019

As baixas expectativas em relação à continuidade dos estudos entre os alunos vinculados aos estratos sociais menos favorecidos são observadas na participação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, ainda que se apresente uma política destinada à isenção do pagamento da taxa, porém, diversos fatores complementam o quadro, que vão desde as limitações de horizonte no contexto sociofamiliar, falta de informações e esclarecimentos sobre o ENEM nas escolas, além das perspectivas traçadas pelos educandos em relação aos seus projetos de futuro e de vida. De acordo com Bourdieu (2000), a escolha do destino dos sujeitos tem relação direta com o contexto sociofamiliar, o que contribui de forma direta com a reprodução social e, nesse sentido, grande parte das classes populares não consegue se visualizar fazendo parte da educação superior.

A ampliação da desigualdade social na Amazônia paraense: um estudo sobre o desempenho escolar do Ensino Médio em Altamira-PA

O alcance de pontuação em nível mediano obtido pelos educandos vinculados à escola pública no Exame Nacional do Ensino Médio, em todas as áreas do conhecimento abrangidas no currículo, inclusive na redação, revela o quanto é distante o alcance de acesso à educação superior. Vale ressaltar que as condições socioeconômicas dos educandos, conjugadas a diversos fatores, que muitas vezes impedem a frequência regular à escola, devem ser levadas em consideração.

No entanto, é fundamental que sejam consideradas as estratégias metodológicas utilizadas nos instrumentos de avaliação em larga escala, especialmente quanto às competências e às habilidades exigidas nas questões elaboradas, as quais, em sua maioria, não são trabalhadas na prática pedagógica no cotidiano da escola pública. Assim, é fundamental que a formação continuada dos docentes do Ensino Médio, principalmente aqueles vinculados à escola pública, seja priorizada.

Figura 3. Fluxo escolar no Ensino Médio

2021 Ensino médio

Ensino médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	1,3% sem dados	38,1% sem dados	60,6% sem dados
2º ano EM	6,7% sem dados	57,7% sem dados	35,6% sem dados
3º ano EM	3,0% sem dados	40,3% sem dados	56,7% sem dados

Fonte: INEP/2021

O período pandêmico revelou a face perversa do Estado em sua dívida com a sociedade, refletida de forma significativa no percurso de escolarização dos educandos vinculados aos segmentos sociais menos favorecidos. De acordo com Queiroz (2021), as estratégias metodológicas e pedagógicas destinadas a assegurar a continuidade das atividades educativas nas escolas públicas foram insuficientes e descontextualizadas da realidade concreta dos sujeitos.

De acordo com os dados levantados pela Fundação Roberto Marinho, entidade vinculada ao terceiro setor, no Brasil, a taxa de abandono escolar a partir de 2020 houve crescimento em todas as redes estaduais de ensino, alcançando em torno de 2,6%, e continuou a crescer no ano de 2021, com alcance em torno de 5,8%, ainda que tenha sido

efetivado o processo de flexibilização dos currículos e a readequação dos critérios de avaliação, visando combater a reprovação e o abandono.

O que se observa em Altamira-PA é a reprodução em menor escala de um cenário de desigualdades e de difícil acesso ao ensino superior já constatado em nível nacional e em outras localidades que tenham condições socioeconômicas semelhantes. Desse modo, articula-se uma relação direta entre as condições objetivas e concretas e o Novo Ensino Médio, que tem se mostrado incapaz de reverter, inclusive sob a lógica da eficiência neoliberal ao qual está instituído, os péssimos indicadores educacionais. Se partirmos para a lógica neste estudo empregada de uma educação de qualidade social referenciada, observar-se-á, ainda mais, o quanto o Novo Ensino Médio brasileiro, embora no discurso oficial pregue o contrário, apenas reforça uma estrutura de exploração e desigualdade, máxima do próprio sistema capitalista.

5. Considerações finais

O desempenho dos educandos no Ensino Médio à luz das informações obtidas junto ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM são insuficientes para conhecer a realidade do aprendizado obtido no percurso de escolarização, decorrente de diversos fatores que interferem na construção das pontuações obtidas. Por outro lado, as informações contidas no Projeto Político Pedagógico da escola investigada revelam um quadro significativo das adversidades que esses sujeitos enfrentam para frequentar com regularidade o cotidiano escolar.

É possível perceber o quanto a participação dos alunos oriundos das classes populares é diminuta no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como também, o baixo desempenho nas diferentes áreas do conhecimento é algo a ser investigado em maiores proporções, as quais, incluem desde a formação continuada dos docentes que atuam no Ensino Médio, como também o desenho curricular que efetivamente se materializa nas escolas públicas.

A partir da configuração do quadro descrito no desempenho dos educandos da escola pública no Ensino Médio, é possível vislumbrar um cenário futuro complexo quanto à transformação da realidade social desses sujeitos, devido às disparidades de condições sociais objetivas e dignas para que os educandos estejam frequentando com regularidade a escola para se apropriarem do conhecimento e transformarem suas vidas de forma emancipada, bem como sejam capazes de romper com a lógica exploratória característica dos tempos hodiernos.

Referências

- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107-122, out./dez. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN. 9394/1996. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Brasília, 2013.
- CASSIO, Fernando. O novo ensino médio é muito pior que o anterior. São Paulo: **Revista Carta Capital**. Edição de 13.02.2023
- FERRETTI, Celso João. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Cadernos Cedes**. Estudos Avançados, n.32, 2018
- FRIGOTTO, Gaudencio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2015.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola sem partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical**. São Paulo: autores associados, 2019.
- MARIN, Rosa Acevedo. **Visão Histórica da Região do Rio Xingu: Economia e Diversidade Étnica**. Papers do NAEA N° 276. UFPA/NAEA, Belém, 2010. ISSN 15169111.
- PARÁ. **Plano de Desenvolvimento da Região do Rio Xingu**. Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEIR. Belém, 2010.
- PARÁ. Ministério Público do Estado do Pará. **Relatório Interno**. Belém, 2021.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular do Estado do Pará – DCEPA**. Belém, 2022.
- PIRES, Valdemir. **Economia da educação: Para além do capital humano**. São Paulo; Cortez, 1999.

SANTOS, Terezinha Fátima de Andrade Monteiro dos. Educação e desenvolvimento: que relação é essa? **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte. v.23, n.1, p. 219-238, jan-abr, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 de set.de 2023

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão. **A pesquisa metamorfoseada em objeto de eloquência institucional e sua efetividade na proposta curricular do curso de Ciências Sociais da Universidade da Amazônia**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2010.

QUEIROZ, L. M. G; O ensino remoto durante a pandemia do coronavírus. In: SOUSA, Raimundo; ZENHA, Leonardo; SOUZA, Priscila Bellard Mendes de. (Org.). **Ensino Remoto na Pandemia do Coronavírus: relatos, experiências e desafios na educação superior**. 1ed.CURITIBA: CRV, 2021, v. 1, p. 121-136.

ZIBAS, Dagmar ML. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. **Revista brasileira de educação**, p. 24-36, 2005.

Notas

ⁱ Lenda indígena difundida e conhecida pelos exploradores, inicialmente espanhóis, a partir dos séculos XV e XVI, em terras sul-americanas, a qual preconizava a existência, neste território, de vultosa quantidade de riquezas, principalmente ouro, que ultrapassou o imaginário popular e fomentou a ganância e a cobiça dos colonizadores. A posteriori, adquiriu sentido metafórico, e hoje designa todo o conjunto de riquezas presentes na região amazônica, a qual suplanta a presença de minérios – também presentes – mas se estende a todo seu amplo conjunto ambiental, sua rica biodiversidade e sua imprescindibilidade para a existência e para a vida do próprio planeta.

ⁱⁱ Município paraense com 126279 habitantes, cujo salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,2 salários-mínimos, bem como 41,5% da população possui renda per capita de até meio salário-mínimo (Dado do Censo 2022).

ⁱⁱⁱ Criado pelo Decreto Presidencial nº 7340 de 2010 e atualizado pelo Decreto nº 10729/21. Passou a chamar-se de Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu e está atrelado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Tem por objetivo central contribuir para a minimização das desigualdades regionais, por meio da implementação de ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Sobre os autores

Luiz Miguel Galvão Queiroz

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Educação da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC-PA. Docente do quadro efetivo da Universidade do Estado do Pará – UEPA, vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE/UEPA. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Currículo – NEPEC/ICED/UFPA; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação – GEPPED – CCSE/UEPA; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão da Educação – GEPGED – FAE/Campus-UFPA/Altamira/PA.

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-0203-6627>. E-mail:mscluiz59@gmail.com

Fabrcio dos Santos Ferreira

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Políticas Públicas Educacionais, Gestão e Administração Escolar e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Intervale/MG. Especialista em Direito Administrativo pela PUC/MG. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do trabalho pela Faculdade Prof. Damásio de Jesus/SP. Graduado em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul/SP. Licenciado em Ciências Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Advogado (OAB/MA) formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Educação Básica e do Ensino Superior.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8041-1106>. E-mail: fasanfer@hotmail.com

Recebido em: 31/10/2023

Aceito para publicação em: 23/01/2024